

**LAPESAM/GISREA/UFAM/CNPq/EDUA – Revista EDUCAmazônia-Educação,
Sociedade e Meio Ambiente - ISSN 1983-3423 – Ano 2, Vol II, nº 1, pág. 28-40,
jan-jun, 2009.**

"GLOBALIZAÇÃO" E ESTADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Ádima Domingues da Rosa *

RESUMO: Este artigo analisa o contexto no qual ocorreram as reformas do Estado brasileiro nos anos 90, considerando as transformações políticas, econômicas e sociais trazidas pela globalização. Para tanto, é necessário compreender quais são as faces do processo de expansão do capital após a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: “Globalização”. Estado. Reforma Política.

“GLOBALIZATION” AND STATE IN CONTEMPORARY BRAZIL

ABSTRACT: This article analyses the context in which the Brazilian State Reform in the 90's happened, considering the political, economical and social transformations caused by the globalization. For this, is necessary to understand the steps of the process of the capital expansion after the Second World War.

Keywords: “Globalization”. State. Political Reform.

Nas últimas décadas do século XX, a "globalização" surge como ideologia da prenunciada "nova era do capital". Contudo, a mundialização do capital¹ trazia em seu cerne interesses diversos, que foram travestidos na periferia do sistema capitalista em discursos que pregavam a necessidade de modernização, da incorporação de altas tecnologias, da melhoria na qualidade de serviços prestados, tanto pela iniciativa privada quanto pública. Porém, a consolidação deste novo patamar de desenvolvimento e a inserção na sociedade "globalizada" exigia mudanças estruturais na organização do capital, principalmente dos países considerados periféricos. Essa reorganização estabelecia a desregulamentação financeira, a liberalização comercial e cambial, o desmonte da legislação trabalhista e a disseminação do ideário neoliberal de gestão da macroeconomia capitalista (ALVES, 2004).

Essa expansão acentuada do capital, buscando novos mercados consumidores, aliada ao desenvolvimento do processo de financeirização traduz, para Alves, a crise da hegemonia norte-americana e de seu modelo de produção, gestada na década de 70.

* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – campus de Marília/SP. E-mail: adimarosa@yahoo.com.br.

A mundialização do capital contém em suas origens, como elemento geopolítico fundamental, a crise de hegemonia do americanismo ou dos Estados Unidos como núcleo hegemônico do sistema mundial do capital. O que significa que, desde seus primórdios, a globalização como mundialização do capital é a expressão da crise hegemônica do centro dinâmico da economia mundial, os Estados Unidos (ALVES, 2004, p. 35).

Neste mesmo sentido, alguns autores denominaram a crise americana como a crise do fordismo (HARVEY, 1996). O advento de novas tecnologias foi central para que houvesse a mudança no padrão de acumulação da produção, do fordismo para o toyotismo, ao passo que a concorrência no plano internacional foi intensificada. Esse

¹ O termo mundialização do capital é utilizado por François Chesnais (1996) para substituir o termo "globalização", que banaliza fatos históricos, descontextualizando-os. Na maioria das vezes o termo é utilizado somente para exaltar os aspectos positivos das mudanças ocorridas na última metade do século XX, como por exemplo, o novo padrão tecnológico. Dentre estes aspectos, é recorrente a promessa de que todas as pessoas, indiferente da classe social, teriam acesso à modernização tecnológica. Na tentativa de desmistificar o termo globalização, insistiremos na sua utilização entre aspas.

novo patamar da concorrência foi decisivo para que os Estados Unidos mudassem de estratégia política e se reestruturassem, reconfigurando suas relações em âmbito internacional. Tais alterações, conforme veremos, redundaram em estratégias utilizadas pelos Estados Unidos para amenizar sua crise e tiveram conseqüências para a economia mundial, tais como o rompimento do padrão ouro-dólar; a instauração do câmbio flexível, que futuramente compôs o mercado financeiro; o aumento dos juros internacionalmente, causador de um “boom” das dívidas dos países mais pobres, etc. (BRENNER, 2003; HOBSEBAWM, 1995). Enfim, a crise da hegemonia norte-americana impôs uma nova agenda às economias da periferia capitalista. Diante da nova situação, tais países tiveram que adequar suas economias às exigências dos grandes órgãos financeiros internacionais. Essa reorganização da economia mundial teve que levar em conta não somente os novos parâmetros “ditados” pelos órgãos de financiamento internacional, mas as próprias mudanças ocorridas no mundo da produção. A instabilidade instaurada a partir deste novo cenário, tendo a crise norte-americana como norteadora deste processo, desestabilizou as economias mais pobres, como o Brasil, que teve um longo período de crescimento econômico no pós Segunda Guerra Mundial.

Estudiosos como Hirst e Thompson (1998) acreditam que tais mudanças são de caráter conjuntural. Na concepção destes autores, o que ocorreu na década de 70 foi um redirecionamento do insulamento econômico que havia se constituído após a Segunda Guerra, quando a maioria dos países adotou políticas de cunho protecionista. Tendo isso em vista, crêem que as mudanças demandadas no decorrer das décadas de 70 e 80, no cenário internacional, foram impactantes, pois exigiram a liberalização das economias para viabilizar a expansão do capital. Entretanto, o processo de reestruturação das economias periféricas, visando à inserção dessas no mercado global, pressupunha uma igualdade de condições da formação sócio-política de cada país, o que não se coadunava com as diferenças e desigualdades intrínsecas a cada país ou região.

A introdução de políticas liberalizantes e o desenvolvimento da financeirização do capital, nos países da denominada periferia capitalista, tiveram um grande impacto na própria conformação do papel histórico que o setor público possuía, visto que a forte intervenção do Estado na economia, na maioria das vezes, foi o motor propulsor

da industrialização, garantindo o desenvolvimento de uma ampla estrutura industrial de base e uma rede de infra-estrutura. Assim, uma guinada na orientação política e econômica expressou grandes transformações sociais. Em meio a tal panorama, os governos de diversos países empregaram discursos variados para justificarem as mudanças e, ao mesmo tempo, converterem um momento de crise em um processo desprovido de determinações sócio-econômicas e políticas. Dessa forma, tais transformações não podem ser compreendidas desarticuladas das próprias mutações do capitalismo no século XX.

Arrighi (1996), em *O Longo Século XX*, perfaz a trilha do capital, reconstruindo as expansões financeiras dos séculos anteriores, visando com isso aprofundar a compreensão acerca do processo de intensificação e expansão do capital financeiro no século XX. Para tanto, o autor elabora um atento estudo sobre o processo da financeirização do capital em outros momentos históricos e espaciais, como por exemplo, em Gênova, na Holanda, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. A conclusão do trabalho de Arrighi aponta como as expansões financeiras resultaram de grandes fases de desenvolvimento material do capital, formando grandes ciclos de acumulação. Nesse contexto, é possível afirmar ainda que a expansão do capital financeiro e o deslocamento das grandes empresas por diversos países resultam da revolução técnica e organizacional possibilitada pelos investimentos em massa no Pós-Segunda Guerra Mundial.

Assim, principalmente após a década 70, observa-se a propagação das grandes empresas pelo globo, não deixando escapar nenhuma oportunidade de ter a produtividade da corporação ampliada, seja por meio da facilidade na obtenção dos recursos naturais, pelos baixos preços da mão-de-obra ou pela aproximação a um amplo mercado consumidor. Neste contexto, considera-se o incremento das técnicas e o aprimoramento do sistema de informação, juntamente com um enorme progresso da ciência, alguns dos principais elementos propulsores do processo de mundialização do capital, após a década de 70.

No fim do século XX e graças ao avanço da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária (SANTOS, 2001, p.26).

Outro aspecto destacado por Santos como imprescindível para o aprimoramento das técnicas é a intermediação política, que garante a implantação e a consolidação dessas novas técnicas por meio de alianças entre capital e Estado, compondo as bases para a expansão do grande capital, identificado, aqui, com as grandes empresas. Essa prática somente obteve e continua alcançando sucesso porque encontrou respaldo importante nos Estados, que se tornaram agentes centrais neste processo, seja investindo, ou desregulamentando e regulamentando novas leis em prol de mudanças. “As técnicas apenas se realizam, tornando-se história, com a intermediação da política, isto é, da política das empresas e da política dos Estados, conjunta ou separadamente.” (SANTOS, 2001, p.26).

Frente a tal quadro, é preciso indagar: como é possível uma empresa ter sua produção fragmentada? Como é possível obter o controle dessa produção, se ela pode estar desmembrada em diversos países? Para obtermos respostas, novamente temos que recorrer aos instrumentais políticos, já que apenas o desenvolvimento das técnicas e da infra-estrutura não explica como é possível a fragmentação da produção. A implementação de políticas que viabilizem a consolidação dessas novas estratégias de produção parece ter presença marcante nesse novo cenário de mundialização do capital. Nas palavras de Fiori,

Essas mutações têm aparecido na forma de uma nova e desafiante realidade que, entretanto, foi sendo gerada por uma interação dinâmica de decisões micro e macroeconômicas e políticas tomadas, em nível das empresas e governos, quase sempre sob a forma de resposta aos grandes “choques” que se condensaram no início dos anos 70, 80 e 90, e suas múltiplas e derivadas conseqüências. A essas reações, extremamente diferentes entre si (dependendo do poder econômico e político de cada país), é que se tem chamado genericamente de “ajustes estruturais”, e o produto desses ajustes, que nasce à custa dos produtores e das decisões políticas, tem sido chamado de “globalização” (FIORI, 1995, p. 28).

De maneira complementar, Ianni (1999), seguindo os passos de Marx em *O Manifesto Comunista*, entende que o sistema capitalista não sobreviveria se a burguesia não revolucionasse constantemente os instrumentos de produção. Conforme nos mostra Marx,

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção – por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a condição primeira de existência de todas as anteriores classes industriais. A contínua subversão da produção, o ininterrupto abalo de todas as condições sociais, a permanente incerteza e a constante agitação distinguem a época da burguesia de todas as épocas precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com o seu cortejo de representações e concepções secularmente veneradas; todas as relações que as substituem envelhecem antes de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se dissolve no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados a encarar, sem ilusões, a sua posição social e as suas relações recíprocas. A necessidade de um mercado em constante expansão compele a burguesia a avançar por todo o globo terrestre. Ela precisa fixar-se em toda a parte, estabelecer-se em toda a parte, criar vínculos em toda parte (MARX e ENGELS, 1998, p.08 -09).

Neste sentido podemos concluir, junto com esse conjunto de autores, que todas as rápidas transformações ocorridas no Pós Década de 70 se articulam ao progresso das ciências e ao incremento das técnicas de produção engendrados pelo próprio sistema de produção capitalista. Associado ao advento dessas novas técnicas, um ritmo diverso começa a ser imposto às variadas formas de relacionamento. Além disso, difundem-se, concomitantemente a esse processo, ideologias que tentam naturalizar essas mudanças, desconectando-as da sua base material, no caso, a expansão das grandes empresas globais.

De acordo com Ianni (1999) estamos lidando com algo novo, reforçado pela queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, que proporcionaram a rápida expansão da economia de mercado sobre a economia planificada.

A maioria de autores que discutem o desenvolvimento do sistema capitalista no Pós Segunda Guerra Mundial admite a existência de uma diferenciação da expansão do capital neste período. Para Ianni, o caráter expansionista do capital, contido em seu germe, já se manifestava há séculos; contudo, para o autor, há ciclos que caracterizam

as fases de expansão do capital. O primeiro ciclo equivale ao período em que o modo capitalista de produção organiza-se em moldes nacionais. No segundo período, encontramos as nações imperiais, onde o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção tendem a localizar-se no país dominante, imperialista. E, num terceiro momento, teríamos o capitalismo global.

As sociedades contemporâneas, a despeito das suas diversidades e tensões internas e externas, estão articuladas numa sociedade global. Uma sociedade global no sentido de que compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais ainda que operando de modo desigual e contraditório (IANNI, 1999, p. 39).

Hirst e Thompson (1998) sugerem que estamos vivenciando um momento de transformações conjunturais, em que o amplo desenvolvimento capitalista propiciado pela intervenção do Estado no Pós Segunda Guerra, ao mesmo tempo em que contribuiu para a concentração do desenvolvimento técnico também circundou esse conhecimento através das barreiras comerciais protecionistas. Esses autores assinalam ainda que o grau de integração observado hoje remonta ao passado recente, anterior à Primeira Guerra Mundial e que, dependendo do indicador tomado, é possível sustentar que a economia internacional é atualmente menos aberta e integrada do que no período de 1870 a 1914. No entanto, reconhecem que o aperfeiçoamento das técnicas, aliado à abertura política e econômica no Pós Segunda Guerra Mundial, abriu caminho à ampliação da dinâmica de internacionalização da economia capitalista.

Estas discussões abarcam as grandes transformações do capital no decorrer do século XX. Apoiadas pelas políticas estatais, a produção capitalista alcançou neste período um elevado patamar de desenvolvimento por meio de investimentos diretos ou incentivos financeiros, provenientes do setor público. Porém, esse protagonismo estatal foi afetado em sua capacidade de financiamento devido à ampliação das dívidas, que comprometeram seu orçamento.

Nesse cenário, o aumento das dívidas governamentais, no último quarto do século XX, fragiliza o poder estatal diante das grandes corporações e dos mercados financeiros. Estes últimos passam a obter mecanismos políticos e econômicos que privilegiam seu pleno desenvolvimento, a partir dos anos 70, o que se torna uma das

principais características do capitalismo no período posterior. Essa face do capital, fundamentalmente financeira, não é inovadora e nem adquire um caráter de ruptura com o processo histórico de acumulação do capital. Na interpretação de Arrighi (1996), esses ciclos ocorrem desde o século XIV.

O aspecto central desse padrão é a alternância de época de expansão material (fases D-M de acumulação do capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases M-D'). Nas fases de expansão material, o capital monetário "coloca em movimento" uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário "liberta-se" de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, D-D'). Juntas, essas duas épocas ou fases constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (ARRIGHI, 1996, p.6).

Nesse ponto, Arrighi se apropria da fórmula geral do capital, desenvolvida por Marx, para mostrar como as fases de expansão material são seguidas por uma expansão financeira, na qual, para a produção, capitalista a flexibilidade e a liberdade de escolha de investimento de capital se apresentam como duas características centrais do processo de acumulação.

O capital dinheiro (D) significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro; portanto significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. D' representa a ampliação da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha (ARRIGHI, 1996, p. 5).

Se, por um lado, é evidente que a reorganização do capital busca aumentar os lucros e encontra um grande respaldo nas instituições estatais, por outro podemos afirmar, conforme propõe Arrighi e Marx, que estamos vivendo mais um ciclo da acumulação capitalista, com evidentes implicações para o setor público. A interdependência entre Estado e capital na contemporaneidade tende a ser revelada de acordo com os atores protagonistas e a própria apropriação das idéias neoliberais no interior do aparato estatal e das políticas econômicas.

Os principais agentes envolvidos no processo de "globalização", o Estado e as grandes empresas, se organizam “de acordo com as regras e tendências que vêm manifestando-se no plano da competição inter-capitalista e no plano da gestão das políticas macroeconômicas nacionais” (FIORI, 1995, p. 30). De acordo com essas novas regras e normas de competição internacional, o Estado deve promover e se adequar aos atuais parâmetros da concorrência internacional. Isso significa, sobretudo, abrir o país para a instalação de grandes corporações e facilitar ao máximo sua consolidação na região, a partir de um conjunto de reformas que flexibilizem as regras econômicas, bem como os direitos trabalhistas e sociais. Essa expansão das grandes empresas, muitas vezes, é resultado da criação e fusão de empresas existentes por companhias estrangeiras. Esse processo se ampliou exorbitantemente no decorrer dos anos 80.

O número de fusões e aquisições de participações majoritárias em 1988-1989 foi mais de quatro vezes superior ao nível registrado em 1982-1983. Essas operações aumentaram significativamente, sobretudo depois de 1987, quando evidentemente, a perspectiva do mercado único deu impulso suplementar ao processo conjunto de concentração e internacionalização. É por isso que definimos o oligopólio como um espaço de rivalidade, delimitado pelas relações de dependência mútua de mercado, que interligam o pequeno número de grandes grupos, que numa dada indústria (ou num conjunto de indústrias de tecnologia genérica comum), chega a adquirir e conservar a posição concorrente efetiva no plano mundial (CHESNAIS, 1996, p. 91-93).

Atualmente, a expressão de ordem passou a ser mercado global². O domínio das técnicas no último quarto do século XX levou as grandes empresas a atingirem uma ampla influência política e econômica em nível planetário. A reprodução ampliada do capital encontrou no processo de concentração das empresas um aliado perfeito para a expansão e ocupação de todos os espaços globais. No caso brasileiro, após a abertura da economia ao capital estrangeiro, assistimos o processo de privatização de uma das maiores mineradoras do mundo, a Vale do Rio Doce, seguido de uma série de aquisições, em que a Vale passa a comprar outras empresas ligadas ao setor, se tornando a segunda maior do segmento. Ressalta-se, ainda, que, no processo de

² O termo mercado global é usualmente utilizado pela mídia. “No grupo das 100 emergentes há 12 companhias brasileiras -- de debutantes no mercado global, como a Natura e a Braskem, até veteranas, como a Embraer e a Vale do Rio Doce”. Ver no site da revista *Exame* reportagem “As 100 Emergentes no Mercado Global” <http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0870/economia/m0082500.html>.

privatização da empresa, foi repassada aos compradores uma ferrovia que atravessa importantes estados brasileiros, a ferrovia Vitória-Minas.

A mineradora brasileira adquiriu mais de três quartos do capital da INCO (mineradora canadense de níquel) com a compra pública no mercado de 174.623.019 ações ordinárias da empresa, por 86 dólares canadenses (o equivalente a R\$ 162,65) cada ação. A operação completa é estimada em US\$ 17,2 bilhões (R\$ 36,79 bilhões). A INCO é a segunda maior produtora de níquel do mundo. Com a aquisição, a Vale do Rio Doce, maior produtora de ferro do mundo, diversifica seus negócios, já que cerca de três quartos das receitas da empresa brasileira vêm de negócios com minérios ferrosos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006).

Em meio ao atual panorama de concentração e centralização do capital, pautado em sociedades anônimas, não é possível afirmar que a Vale é uma empresa estritamente brasileira, como na citação acima, pois todo capital que compõe a empresa está fragmentado e dividido em ações, podendo assim o controle dela ser transferido para qualquer país estrangeiro, já que do total das ações 41,0% pertencem a investidores estrangeiros, 32,5 % a Valepar S.A, 21,0% a investidores brasileiros, 5,5% ao governo federal e 6 ações da Golden Share, segundo dados do mês de setembro de 2006³. Tal exemplo sugere ainda outros aspectos da propalada mundialização do capital, onde os fluxos econômicos internacionais circulam livremente sem, contudo, significar a mesma fluidez para os trabalhadores, sempre próximos de perder o emprego diante de novos movimentos econômicos internacionais. Foi o caso, por exemplo, da própria Vale que após o processo de privatização seguiu com a implementação dos famosos Planos de Demissão Voluntária, que visavam, sobretudo, enxugar os quadros da empresa, abrindo espaço para formas mais flexibilizadas e desregulamentadas de contratação.

As novas regras da competição no mercado internacional contribuíram para que as empresas nacionais mudassem de face e de estratégia. Muitas delas, como é o caso da Vale, foram “compartilhadas” com a administração privada. Nesse contexto, como o Estado brasileiro poderá usar essas empresas em prol do desenvolvimento nacional, se as mesmas seguem um padrão de gestão internacional, desvinculado totalmente das orientações do Estado nacional? Diante disso, o maior desafio da sociedade civil

³Ver <http://www.cvrld.com.br/cvrld/media/ca1206p.pdf>.

brasileira consiste em evitar que o Estado se subordine inteiramente às regras do mercado internacional, se tornando “poroso”, como afirmou Milton Santos (2001) ou ainda, se fragilizando como nos indica Ianni (1999).

Mas como evitar esse aumento de dependência externa, se as empresas estratégicas foram quase todas privatizadas? Ao tratarmos da questão da autonomia do Estado-nação é preciso manter uma visão crítica, pois muitos intelectuais acreditam e defendem o fim desse, o que não é condizente com os processos evidenciados na política e na economia, em que estes Estados são o “carros chefe” da economia, no sentido de planejamento e coordenação do mercado privado. A problemática é que existe uma imensa subordinação às regras financeiras elaboradas pelos organismos internacionais como condicionalidades para a obtenção de crédito por parte dos Estados, regras estas que se identificam evidentemente com os interesses do mercado, das grandes empresas e do capital financeiro.

Quando uma grande empresa se instala, chega com suas normas, quase todas extremamente rígidas. Como essas normas rígidas são associadas ao uso considerado adequado das técnicas correspondentes, o mundo das normas se adensa porque as técnicas em si mesmas também são normas. Pelo fato de que as técnicas atuais são solidárias, quando uma se impõe cria-se a necessidade de trazer outras, sem as quais aquela não funciona bem. Cada técnica propõe uma maneira particular de comportamento, envolve suas próprias regulamentações e, por conseguinte, traz para os lugares novas formas de relacionamento. O mesmo se dá com as empresas. É assim que também se alteram as relações sociais dentro de cada comunidade. Muda a estrutura de emprego, assim como as outras relações econômicas, sociais, culturais e morais dentro de cada lugar, afetando igualmente o orçamento público, tanto na rubrica da receita quanto no capítulo da despesa (SANTOS, 2001, p.68).

Santos (2001) aponta que há atualmente uma tirania do dinheiro e da informação. Ele ressalta que na atual fase da “globalização” ocorrem mudanças não somente no mundo das técnicas, que unifica o papel da informação, mas, sobretudo, nos rumos políticos dos países. Com o aperfeiçoamento das técnicas e sua difusão em nível global, se aprofundou o controle dos grandes centros financeiros sobre as políticas monetárias de diversos países. Dessa maneira, o controle dos investimentos públicos passou a se orientar pelo fluxo destes capitais, representando, de certa forma, uma pressão nas agendas políticas e econômicas destes países, como, por exemplo, o

constante refinanciamento da dívida pública externa para a obtenção de crédito internacional. Nos anos 90, esse domínio sobre as contas públicas se tornou cada vez mais prejudicial para a maioria da população, na medida em que o controle externo das contas e políticas públicas impõem arbitrariamente e verticalmente que se desviem recursos públicos para algumas áreas consideradas prioritárias, reduzindo, sobretudo, os gastos das áreas sociais; ou ainda, encontra-se intrínseca às novas políticas liberais, a idéia de um controle rigoroso dos investimentos, visando ocultar a transferência de recursos das áreas sociais para o setor privado, incluindo a área financeira. Essa é a nova política que ganha força nos anos 90. O Estado passa cada vez mais a regular e coordenar o setor privado, transferindo grandes quantidades de recursos para garantir o ajuste fiscal e o pagamento de juros das dívidas. Esse é o Estado capitalista aprofundado nos seus laços com o mercado, como diria Luciano Martins (1985). Para o autor, se o Estado brasileiro se tornou desde 1930 o provedor e financiador do capitalismo interno, atualmente poderíamos afirmar que ele expandiu a sua área de atuação, também financiando o capital externo.

O Estado que criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), visando coordenar o setor privado brasileiro e desenvolver grandes empresas públicas, também foi responsável pela privatização dessas empresas, nos anos 90. Além disso, muitas vezes financiou a compra dessas companhias por grandes grupos estrangeiros. É evidente que se tratam de formas distintas de conceber o desenvolvimento social e econômico. Ainda nesse sentido, é interessante notar como o próprio discurso das reformas neste período se sustentou numa crítica ao Estado varguista e ou desenvolvimentista, numa tentativa de superar o “atraso” rumo a uma modernização globalizada e liberal.

Na era da mundialização do capital o mercado internacional passa a ter influência acrescida na agenda das políticas econômicas, que se direcionam cada vez mais para o ajuste fiscal e o controle dos gastos, com fins de garantir a estabilidade do setor financeiro e da circulação internacional de mercadorias, subordinando as ações governamentais aos imperativos do mercado.

O próprio imperialismo era “diferencial”, tal característica sendo consequência da subordinação do mercado à política, seja a política internacional, seja a política interior a cada país ou a cada conjunto imperial. Com a globalização, as técnicas se tornam mais eficazes, sua presença se confunde com o ecúmeno, seu encadeamento praticamente espontâneo se reforça e, ao mesmo tempo, o seu uso escapa, sob muitos aspectos, ao domínio da política e se torna subordinado ao mercado (SANTOS, 2001, p. 52-53).

Nos anos 90, a expressão mercado internacional passa a fazer parte não só do vocabulário, mas das ações dos governos nacionais. A disseminação de políticas públicas voltadas para a abertura da economia e o ajuste às agendas de órgãos internacionais foi comum à maioria dos países em desenvolvimento e periféricos. O aumento dos problemas sociais nestes países é cada vez maior. O acréscimo do desemprego e a perda do valor de compra do salário mínimo⁴ tornaram-se comuns nas regiões periféricas, sendo que na maioria das vezes também atinge os países ricos, que ainda dispõe, em certa medida, de alguns direitos sociais mais cristalizados.

A consolidação das reformas estatais orientadas para o mercado resultou no fortalecimento do setor privado e numa consequente reorientação do Estado, que suturou seus laços com o mercado, priorizando programas que reaproximassem o Estado do grande capital, tanto interno quanto externo. Nesse sentido, o programa de privatização das empresas públicas e a criação das agências reguladoras⁵ representam, em última instância, a implementação de instituições públicas que coordenem o setor privado, buscando a intervenção indireta do Estado, em que sua presença se restrinja à arbitragem dos grandes conflitos e à promoção da livre concorrência; essas são as características do “novo” Estado almejado pelas reformas administrativas e pela elite empresarial brasileira e estrangeira.

Objetivando apreender o novo modelo estatal é que procuramos apresentar as bases históricas e sócio-políticas nas quais as reformas do Estado foram erigidas, num

⁴ Nelson Dácio Tomazi (2000) mapeia o valor do salário mínimo nas últimas décadas no Brasil. Segundo o autor, em 1980, com equivalência em reais, o salário mínimo valia R\$ 331, 56, em 1990, R\$ 160,12 e em 2000, R\$ 151,00.

⁵ As agências reguladoras são instituições criadas durante o processo de privatização das empresas e serviços estatais brasileiros. Elas têm como objetivo preservar a concorrência dos setores a que correspondem, buscando manter a organização econômica, preservando equilíbrio financeiro das concessionárias, ao passo que estas se comprometam a manter o funcionamento dos serviços. Como exemplo de agências reguladoras dos serviços públicos podemos citar a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações e ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

processo de intensificação das relações comerciais de forma subordinada; num momento de crise da potência norte-americana, que busca rearranjos políticos e econômicos visando à manutenção do sistema; num período em que o grande capital busca mais apoio estatal para seus projetos de expansão.

Referências:

- ALVES, Giovanni. *Crise da Globalização e Lógica Destrutiva do Capital – Notas Sobre o Sócio-Metabolismo da Barbárie*. Rev. Katálisis., jun 2004, vol.7, no. 1, p. 01-128.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.
- BRENNER, Robert. *O boom e a bolha*. São Paulo: Record, 2003.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.
- FIORI, José Luís. *O Federalismo Diante do Desafio da Globalização*. (org) AFFONSO, Rui de Britto Álvares & SILVA, Pedro Luiz Barros. *A Federação em Perspectiva Ensaio Selecionados*, São Paulo: FUNDAP, 1995.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.
- HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. *Globalização em Questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- TOMAZI, Nelson Dacio (org.). *Iniciação à sociologia*. São Paulo: Ed. Atual, 2000.

Recebido em 20 de maio de 2008.

Aceito em 14 de junho de 2008.